

Economia - Vozes Um pacote aberto

Com o detalhamento definitivo do reajuste fiscal para sanear as contas públicas, passa-se à fase crítica de sua submissão ao Congresso. As medidas anunciadas concentram-se na elevação da carga tributária, corte nos gastos do governo federal, redução dos encargos da Previdência Social e aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos, ativos e inativos. Proposta de emenda constitucional prorroga até 2006 a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e aumenta de 20% para 40% a retenção de transferências federais a estados e municípios nele prevista.

Não se trata de um pacote fechado, no sentido de conjunto de providências para as quais não se admite alteração. Nem poderia sé-lo. O governo tem plena consciência de que a reconquista do equilíbrio nas finanças oficiais depende, nas circunstâncias, de deliberação legislativa. Como também jamais lhe faltou a convicção de que, no regime de franquias democráticas, o diálogo com o Congresso é fundamental para assegurar a viabilidade política do país.

Por isso mesmo é que a posição governamental exposta no ajuste está aberta à discussão e exame parlamentares. Desde que a economia para o Tesouro não seja inferior a R\$ 28 bilhões em 1999 e se garanta a redução do déficit público nos dois anos seguintes (2,8% em 2000 e 3% em 2001), poderá haver mudança nos mecanismos de reordenação fiscal.

É natural que se tenham perspectivas do gênero como bases operacionais, pois há questões carregadas de elevado grau de controvérsia e, portanto, pendentes de acordo

político para eliminação das divergências. É o caso, por exemplo, da elevação para 20% do desconto previdenciário dos servidores ativos e extensão do encargo aos inativos, até então isentos. Por meio de semelhante mudança no seguro social do funcionalismo, o governo pretende arrecadação adicional de R\$ 2,55 bilhões já em 1999.

Outro tópico polêmico é a elevação de 0,2% para 0,38% da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Pelo menos alguns líderes da base parlamentar do governo, à frente o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já admitiram lutar pela redução do percentual ao limite de 0,3%. O mesmo se pode dizer das reações do empresariado ao aumento da carga tributária de 30% para 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma coisa, porém, é certa. O país será condenado ao colapso econômico-financeiro, tal como aconteceu à Rússia, caso a dieta de emagrecimento dos gastos públicos prescrita pelo governo e a realimentação do Tesouro via novas hipóteses de arrecadação não sejam com urgência convalidadas pelo Congresso. Ou que o sejam em dimensões incompatíveis com a necessidade de estancar, em escala emergencial, as fontes históricas do déficit público.

Não se deve esquecer também que o esforço de contenção integra os compromissos pactuados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obtenção do empréstimo de US\$ 30 bilhões. E, acima de tudo, é o sinal de credibilidade de que necessitam os investidores internacionais para voltarem a aplicar no Brasil.